

Prevenção e enfrentamento à violência contra meninas e mulheres

Guia com orientações para
profissionais da educação

Secretaria
de Educação

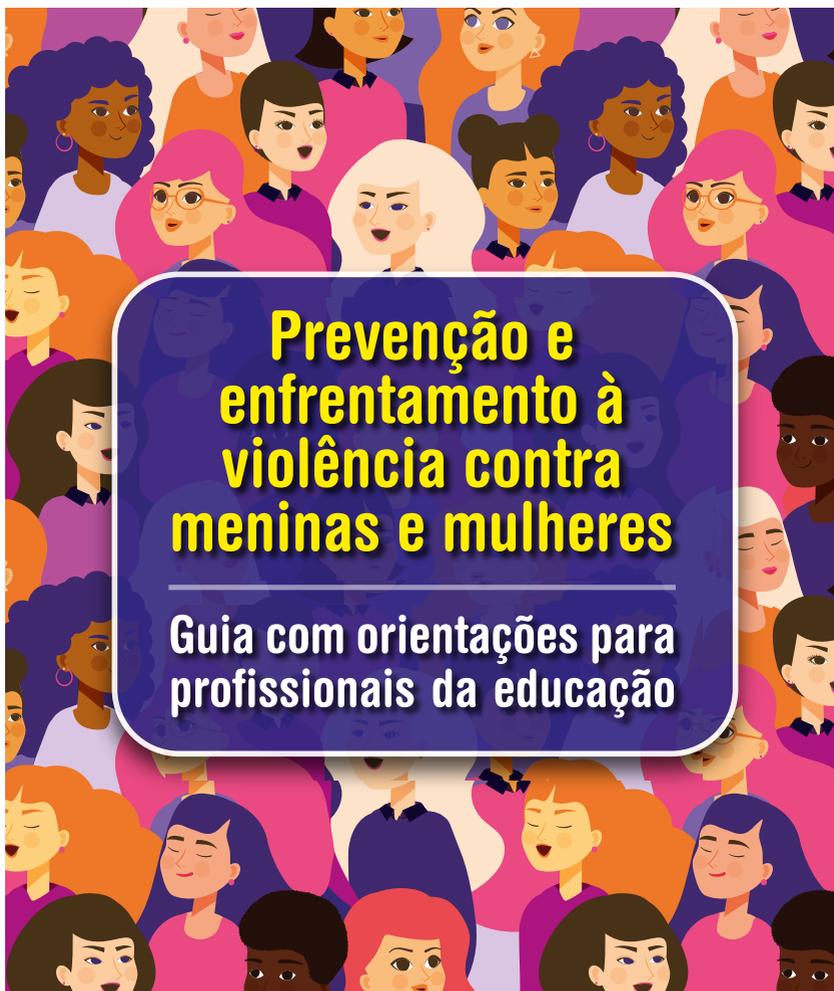
Secretaria de
Segurança Pública



ONU
MULHERES
GERAÇÃO IGUALDADE







Prevenção e enfrentamento à violência contra meninas e mulheres

Guia com orientações para
profissionais da educação

REALIZAÇÃO

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL - SSPDF

Edifício Sede – Setor de Administração Municipal (SAM), Conjunto A, Bloco A, Asa Norte.

CEP: 70620-000 - Brasília-DF

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL - SEEDF

Setor Bancário Norte (SBN), Quadra 2, Bloco C – Edifício Phenicia.

CEP: 70040-020 - Brasília-DF

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD

Casa das Nações Unidas no Brasil – Complexo Sergio Vieira de Mello Módulo I - Prédio Zilda Arns Setor de Embaixadas Norte, Quadra 802 Conjunto C, Lote 17.

CEP: 70800-400 – Brasília/DF

ENTIDADE DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A IGUALDADE DE GÊNERO E O EMPODERAMENTO DAS MULHERES – ONU MULHERES

Casa das Nações Unidas no Brasil – Complexo Sergio Vieira de Melo, SEN Quadra 802 Conjunto C, Lote 17, Bloco B – Prédio Lélia Gonzalez.

CEP: 70800-400 – Brasília/DF

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL - SSPDF

Supervisão

DPF Alessandro Moretti – Diretor do Termo de Provisão de Apoio – BRA/18/012 – PNUD-SSP/DF

DPF Alfredo de Souza Lima Coelho Carrijo – Coordenador do Termo de Provisão de Apoio – BRA/18/012 – PNUD-SSP/DF

Luciana Caetano Silva Fernandes – Coordenadora de Inovação e Avaliação

Major PMDF Larissa Cristiane de Jesus – Assessora da Subsecretaria de Ensino e Valorização Profissional

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL - SEEDF

Supervisão

Helber Ricardo Vieira – Subsecretário de Educação Básica - SUBEB

Tiago Cortinaz da Silva – Assessor do Secretário de Estado de Educação

AUTORIA E ADAPTAÇÃO

Ruth Meyre M. Rodrigues - SEEDF

COLABORAÇÃO

Coronel PMDF Eduardo Holanda dos Santos – SSPDF

Major PMDF Larissa Cristiane de Jesus – SSPDF

Paulo Henrique Marques Bernardes – SSPDF

Túlio Henrique Carneiro Barbosa – SSPDF

Tiago Cortinaz da Silva – SEEDF

Raíssa Vitória Pereira – ONU Mulheres

Maria Carolina Ferracini – ONU Mulheres

REVISÃO TEXTUAL

Selma Furtado Frasão

IMAGENS DA CAPA

Site Freepik

CAPA, ARTE E DIAGRAMAÇÃO

Frank Alves

PARCEIRAS(OS) DO I CURSO DE FORMAÇÃO DE MULTIPLICADORES PARA DISSEMINAÇÃO DO GUIA E DOS VÍDEOS DA TURMA DA MÔNICA NO AMBIENTE ESCOLAR DO DF (2020)

Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação – EAPE/SEEDF

Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF

Academia de Bombeiro Militar do CBMDF

Sumário

| | |
|--|-----------|
| APRESENTAÇÃO | 8 |
| O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA MENINAS E MULHERES..... | 10 |
| A VIOLÊNCIA CONTRA MENINAS E MULHERES..... | 10 |
| SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS..... | 18 |
| EDUCAÇÃO INFANTIL - ATÉ 5 ANOS..... | 19 |
| DIREITOS DAS CRIANÇAS..... | 19 |
| BRINQUEDOS..... | 19 |
| TAREFAS..... | 19 |
| FANTOCHES..... | 20 |
| ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS E BLOCO 1 DOS ANOS FINAIS..... | 21 |
| QUEM É BOM DE JOGO? | 21 |
| DEBATE..... | 21 |
| CAMPANHA: COMBATENDO O PRECONCEITO..... | 22 |
| O QUE VOCÊ QUER SER?..... | 22 |
| ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS (2º BLOCO), ENSINO MÉDIO, EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL. | 24 |
| A VIDA EM UMA CAIXA | 24 |
| HISTÓRIAS DE SUPERAÇÃO | 25 |
| REPRESENTANDO-ME..... | 25 |
| IGUALDADE EM CASA..... | 25 |
| SOBRE PRÍNCIPES E PRINCESAS..... | 26 |
| HISTÓRIAS DE SOBREVIVENTES | 26 |
| NÃO É NÃO!..... | 27 |
| ONDE ESTÁ SEU LIMITE?..... | 28 |
| SINAIS DE ALERTA | 28 |
| MÚLTIPLAS FORMAS DE VIOLÊNCIA | 29 |
| O SILÊNCIO DOS HOMENS..... | 29 |
| VIOLÊNCIA NAS NOTÍCIAS..... | 30 |
| PERIGOS NA REDE | 31 |

| | |
|--|-----------|
| VÍDEOS TURMA DA MÔNICA: “JUNTOS PELA IGUALDADE” E “PAPO RETO” | 32 |
| VÍDEO “JUNTOS PELA IGUALDADE” - TURMA DA MÔNICA CLÁSSICA | 34 |
| TURMA DA MÔNICA JOVEM - “PAPO RETO” | 36 |
| MULTIDISCIPLINARIDADE DA TEMÁTICA..... | 39 |
| MATEMÁTICA..... | 39 |
| HISTÓRIA | 39 |
| GEOGRAFIA..... | 40 |
| LÍNGUA PORTUGUESA | 41 |
| CIÊNCIAS DA NATUREZA (FÍSICA, QUÍMICA E BIOLOGIA) | 41 |
| EDUCAÇÃO FÍSICA | 42 |
| LÍNGUA ESTRANGEIRA (LE)..... | 42 |
| ARTES | 43 |
| RECOMENDAÇÕES ADICIONAIS AOS/ÀS PROFESSORES/AS E DEMAIS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO | 44 |
| O QUE FAZER DIANTE DE UMA DENÚNCIA!?!..... | 48 |
| O QUE FAZER DIANTE DE UMA DENÚNCIA DE ABUSO SEXUAL!?! | 49 |
| DATAS IMPORTANTES!..... | 51 |
| REFERÊNCIAS | 53 |
| LEITURAS RECOMENDADAS | 57 |



Apresentação

Este Guia traz orientações para professores, professoras e demais profissionais da educação com vistas à construção de relações saudáveis e respeitadas entre meninos e meninas, homens e mulheres, por meio de ações pedagógicas que possam colaborar para a ressignificação de padrões de comportamento desde a primeira infância. Em busca da prevenção e enfrentamento a todas as formas de violências contra meninas e mulheres, propõe-se um conjunto de atividades de sensibilização, reflexão e discussão organizadas, considerando as etapas e modalidades que estruturam o Sistema de Ensino do Distrito Federal, a serem desenvolvidas com os/as estudantes a partir do uso dos vídeos.

Trata-se de material norteador inspirado nas atividades do currículo *Voices Against Violence*, desenvolvido pela ONU Mulheres em parceria com a *World Association of Girl Guides and Girls Scouts* (WAGGGS); nas orientações do currículo do programa *Uma Vitória Leva à Outra*, adaptado pela Empodera e ONU Mulheres Brasil a partir do currículo GOAL da ONG *WomenWin* e nas perguntas e orientações do currículo *O Valente Não É Violento*, desenvolvido pela ONU Brasil.

Sabe-se que a educação é um dos melhores meios de enfrentamento a comportamentos violentos. Provocada pelos recorrentes casos concretos de violência contra meninas e mulheres ocorridos no Distrito Federal, esta iniciativa pretende, por meio da educação de meninos e meninas, não permitir a criação, ou modificar – quando já instalados – padrões socioculturais do machismo, de desigualdade de condição e direitos de todas as formas de sentimentos que resultem em violência contra as mulheres.

As propostas de ações pedagógicas pautam-se na perspectiva de uma educação em e para os direitos humanos e para a diversidade, alinhando-se às ações de promoção da cultura de paz nas escolas e embasando-se, essencialmente, no Currículo em Movimento da Educação Básica – Pressupostos Teóricos (SEEDF, 2014); nas Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos; no Artigo 26A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), que trata da obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”; no Artigo 8º da Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha); na Lei Nº 5806, de 26 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a valorização das mulheres e o combate ao machismo na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal e na Lei Nº 6325 de 2019, que institui a Semana Maria da Penha nas Escolas.

A consolidação deste Guia é resultado de parceria entre a Secretaria de Estado de Segurança Pública do DF – SSP-DF e a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF, em colaboração com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e a Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres - ONU Mulheres.

**Secretaria de Estado de Segurança Pública do
Distrito Federal – SSP/DF**

**Secretaria de Estado de Educação do
Distrito Federal – SEE/DF**



O enfrentamento à violência contra meninas e mulheres

O objetivo deste Guia é delinear alguns aspectos da discussão sobre as violências baseadas em gênero que afligem majoritariamente meninas e mulheres e apresentar atividades a serem desenvolvidas com estudantes de todas as idades, para provocar reflexões sobre o tema. Para isso, serão apresentadas propostas de atividades que foram pensadas de acordo com as etapas e modalidades de ensino, considerando as especificidades dos/as estudantes de acordo com o grupo etário.

A Violência contra Meninas e Mulheres

As meninas e as mulheres de todo o mundo, independente de idade, raça, sexualidade, formação acadêmica e condição socioeconômica vivenciam a violência em suas diversas formas (ONU MULHERES, 2013).

No Brasil, a aprovação da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) representou um importante marco para o enfrentamento desse quadro. Em seu artigo 7º, essa lei tipifica as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher:

I - **A violência física**, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal.

II - **A violência psicológica**, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento,

humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação.

III - **A violência sexual**, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade; que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos.

IV - **A violência patrimonial**, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades.

V - **A violência moral**, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

A violência física é, portanto, apenas uma dentre várias formas de violência. Conhecer outras formas de manifestação da violência contra meninas e mulheres é fundamental para a compreensão desse fenômeno tão complexo e que permeia as relações, não apenas no âmbito doméstico, mas em todos os espaços sociais. As violências de gênero estão associadas às normas sociais que estabelecem papéis desiguais para homens e mulheres na sociedade, assim como toleram a violência contra meninas e mulheres. (ONU MULHERES, 2013, p.5).

A superação dessa realidade é urgente e necessária. Contudo, a discussão sobre desigualdades de gênero ainda é marcada por muitos equívocos e desconhecimentos. Por essa razão, é impor-

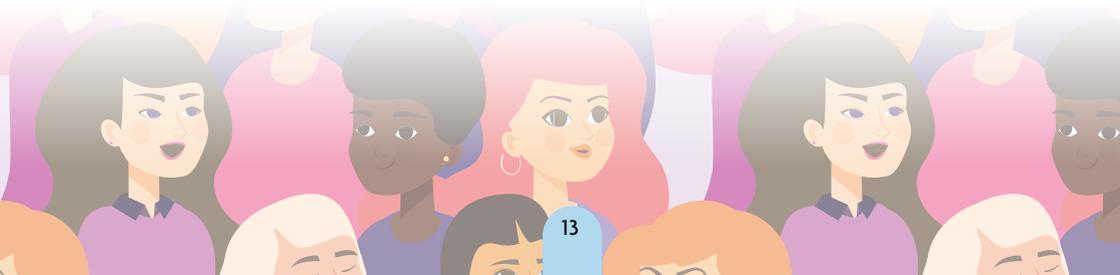
tante aproximar a sociedade deste debate, a fim de desconstruir falsas interpretações. Para isso é fundamental compreender alguns conceitos, bem como identificar como reverberam nas relações sociais, produzindo violência.

GÊNERO: O termo Gênero tem sido adotado em detrimento de “sexo” com o intuito de problematizar o determinismo por meio do qual a distinção sexual/biológica é usada para justificar desigualdades. Significa dizer que a compreensão sobre as relações entre homens e mulheres numa sociedade deve considerar não seus sexos, mas as construções sobre os papéis sociais atribuídos a cada um deles. O debate deve localizar-se no campo social, por ser este o locus onde são construídas e reproduzidas as relações entre os sujeitos, comumente marcadas por desigualdades (LOURO, 1997). Gênero refere-se, portanto, à construção de atitudes, expectativas e comportamentos que a sociedade atribui como apropriado para mulheres e homens. Aprendemos a ser homem ou mulher pela ação da família, da escola, do grupo de amigos e amigas, das instituições religiosas, do espaço de trabalho, dos meios de comunicação. Gênero diz respeito também ao modo como lidamos, ao longo da história e de forma diversa, com as diferentes culturas, com o poder nas relações interpessoais, hierarquizando e valorizando o masculino em detrimento do feminino (ONU BRASIL, 2016 a).



IGUALDADE DE GÊNERO: para a Constituição Federal Brasileira, homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações. Conforme as definições internacionais, igualdade de gênero refere-se à igualdade em direitos, responsabilidades e oportunidades das mulheres e dos homens, bem como das meninas e dos meninos. Igualdade não significa que mulheres e homens são os mesmos, mas que os direitos, responsabilidades e oportunidades dos homens e das mulheres não devem depender do fato de nascerem do sexo masculino ou feminino. Igualdade de gênero indica que os interesses, necessidades e prioridades de homens e mulheres devem ser levados em consideração, reconhecendo a diversidade dos diferentes grupos de homens e mulheres. A igualdade de gênero não é uma questão das mulheres, mas deve envolver igualmente homens e mulheres. Igualdade entre mulheres e homens é uma questão de direitos humanos e também condição para o indicador de desenvolvimento sustentável centrado nas pessoas (ONU BRASIL, 2016b)..

FEMINICÍDIO: o feminicídio é descrito como a expressão mais grave da violência contra as mulheres por razões de gênero. A Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104, de 2015) tipifica como homicídio qualificado a morte de mulheres por condições do sexo feminino, reconhecendo que esta pode decorrer de: I- violência doméstica e familiar, II – menosprezo e discriminação da mulher por razões do sexo feminino.



FORMAS DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: segundo a Convenção da ONU sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher, violência contra as mulheres significa qualquer ato de violência baseado no gênero do qual resulte ou possa resultar dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico para as mulheres, incluindo as ameaças de tais atos, a coação ou a privação arbitrária de liberdade, que ocorra, quer na vida pública, quer na vida privada. (ONU, 2016b).

OUTRAS FORMAS DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES:

outras expressões de violência contra as mulheres baseadas no gênero e que estão presentes no debate público são o assédio sexual e as várias formas de constrangimento de natureza sexual a que as mulheres são submetidas nas ruas e em transportes públicos, a violência na mídia, violência obstétrica, a pornografia de vingança, a violência política, a violência estrutural e a violência coletiva. É importante frisar que as diversas formas de violência contra as mulheres ganham novos contornos quando consideradas as sobreposições de gênero, classe social e raça/etnia(ONU, 2016b) denominada “interseccionalidade”. Para compreender este fenômeno Kimberly Crenshaw (2002) utiliza a metáfora de intersecção para elaborar uma analogia evidenciando como vários eixos de poder, como raça, etnia, gênero e classe estruturam o tecido social em suas dimensões econômicas e políticas. Esses eixos de poder são distintos e mutuamente excludentes. Eles se sobrepõem e se cruzam, criando intersecções complexas nas quais dois, três ou quatro eixos se entrecruzam. Nesse cenário, as mulheres pertencentes a grupos historicamente marginalizados frequentemente estão posicionadas em um espaço onde o racismo, a xenofobia, o preconceito de classe e de gênero se encontram.

Diversos fatores, não apenas no âmbito individual, mas sobretudo na relação com a comunidade e demais espaços sociais, podem aumentar o risco de que o homem seja abusivo ou de que a mulher se encontre em uma situação de violência. Por exemplo, os meninos que testemunham a violência são mais propensos a serem abusivos no futuro se não houver uma intervenção adequada. De igual modo, as meninas que presenciam a violência ou que são vítimas de abuso podem seguir sofrendo-os durante a vida adulta se não forem realizadas as intervenções pertinentes (ONU MULHERES, 2013). No Brasil, quatro a cada dez mulheres que cresceram em lares violentos sofrem o mesmo tipo de violência na vida adulta.

A repetição da violência se chama transmissão intergeracional de violência doméstica (TIVD), que é a perpetuação da violência através de gerações (UFC-IMP, 2017). Esse fenômeno está relacionado à naturalização da violência contra meninas e mulheres solidificada pela lógica machista e, por vezes, misógina. Portanto, é importante que se tenha em mente tanto os fatores de proteção como os de risco, quando se pretende prevenir ou responder à violência contra meninas e mulheres (ONU MULHERES, 2013). Na construção de ações de prevenção, a escola é um espaço privilegiado para a edificação de novos significados em direção a uma sociedade mais justa, livre de discriminações e violências. Nesse caminho, a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) determina, dentre as diretrizes para o enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher:

V - A promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral, e a difusão desta Lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres.

IX - O destaque, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, para os conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher. (Art. 8º).

Trabalhar pela promoção da igualdade e da equidade de gênero no contexto da educação significa questionar assimetrias de poder presentes em todas as relações sociais, de maneira que todas as pessoas possam ter acesso a espaços, bens e serviços sem serem julgadas, desrespeitadas, violentadas, ou seja, livres de qualquer tipo de discriminação (ONU BRASIL, 2016a).

Esperamos que os vídeos, associados às propostas de atividades que seguem, possam contribuir para a consolidação da educação como espaço de prevenção à violência ao levar os/as estudantes a refletirem de que modo a violência nasce de uma organização social que impõe papéis sociais desiguais, violentando e, por vezes, matando as mulheres, ao passo que constitui masculinidades nocivas que prejudicam a sociedade como um todo.

Para garantir um ambiente adequado aos objetivos desse material, é importante que os(as) profissionais da educação¹:

1. Criem um ambiente de respeito, confiança e segurança onde todos possam sentir-se à vontade para expressar as suas opiniões sobre os temas trabalhados.
2. Aproveitem os comentários e manifestações machistas em sala como oportunidades para trabalhar o tema de maneira mais qualificada.
3. Prestem especial atenção, questionem e problematizem qualquer atitude pre-conceituosa.
4. Integrem todos/as os/as estudantes.
5. Usem linguagem apropriada.
6. Não presumam que todos desejam o mesmo tipo de relação ou proximidade.
7. Respeitem as crenças culturais e religiosas, mas enfrentem qualquer atitude prejudicial que permita a violência contra meninas e mulheres.

1 ONU MULHERES (2013). *Voices Against Violence*.

8. Trabalhem com os meninos e os homens como aliados para combater a violência.
9. Aprendam a facilitar grupos diversos e gerenciar conversas sobre temas delicados.
10. Ofereçam apoio contínuo.
11. Certifiquem-se de que sejam oferecidos segurança e conforto nas salas de aula e de reuniões.
12. Protejam as informações que receberem dos/as estudantes e, com o apoio do Serviço de Orientação Educacional e Equipe Gestora, acionem equipamentos da rede de proteção e apoio às vítimas de violência como o Conselho Tutelar, a Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente e a Delegacia da Mulher.

- Dependendo de cada situação, em escolas onde haja muito tensionamento entre meninos e meninas, talvez seja prudente que a escola se organize para realizar momentos em que as meninas possam falar em grupos exclusivos de meninas. Algumas experiências de trabalho de promoção de igualdade de gênero evidenciam que a simples presença de meninos pode inibir as falas das meninas.
- Também é importante destacar que nem sempre os meninos falarão tudo o que pensam em grupos mistos e isso pode tirar a riqueza do trabalho pedagógico que não é um trabalho do professor ou da professora para o aluno ou a aluna, mas um trabalho junto com eles.
- Como “gênero” e “identidade” são categorias relacionais, ou seja, elas se constroem dentro das relações sociais, é importante que haja momentos em que os meninos e as meninas estejam juntos. Cada professor e cada professora deve avaliar com atenção que procedimentos fazem mais sentido para cada grupo.

SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS

Com o intuito de contribuir com o enfrentamento à violência contra meninas e mulheres e buscando plantar relações saudáveis entre meninos e meninas, disponibilizamos, a seguir, sugestões de atividades pedagógicas para utilização nas escolas. Importante lembrar que a materialização das ações propostas neste Guia deve ser acompanhada de estudos aprofundados, pesquisas, debates entre os/as profissionais da educação e muitas reflexões.

As sugestões de ações pedagógicas apresentadas nas Sequências Didáticas a seguir foram organizadas considerando a faixa etária prevista para as etapas e modalidades da Educação Básica. Unidades escolares com turmas formadas por estudantes em defasagem idade/ano devem considerar a faixa etária desses/as estudantes.

Mãos à obra!



Educação Infantil - Até 5 anos

DIREITOS DAS CRIANÇAS

Utilize histórias infantis ou outros recursos que abordem situações capazes de provocar reflexões sobre os direitos das crianças. Sugerimos o poema “O Direito das Crianças”, de Ruth Rocha e o livro “Declaração Universal dos Direitos Humanos”, adaptado por Ruth Rocha e Otávio Roth. Utilize imagens sobre direitos das crianças para colorir e fazer colagens. Desenvolva conversas para entender como as crianças percebem as questões abordadas e discuta sobre como todos têm direito de viver sem violência e sem medo.

BRINQUEDOS

Ao brincar com brinquedos diversos (bonecas, carrinhos, réplicas de utensílios domésticos, bolas etc.), os participantes refletem sobre os diferentes estereótipos de gênero e como as crianças podem ser intimidadas se não agirem conforme as regras/papéis/expectativas que existem sobre elas. Nesse sentido, é importante observar como, de um modo geral, os meninos são incentivados a participarem de determinadas brincadeiras como, por exemplo, futebol, enquanto as meninas são orientadas a brincarem de queimada ou outras brincadeiras ligadas ao cuidado maternal ou às tarefas domésticas.

TAREFAS

Aproveite a organização diária das tarefas para evidenciar como meninos e meninas podem realizar as mesmas atividades sem divisão baseada no que se espera de meninos e meninas.

FANTOCHES

Utilizando fantoches, podemos contar histórias ou mesmo dialogar diretamente sobre direitos e violência. Uma boa sugestão é criar diálogos entre personagens infantis que tratem de situações de violência com questionamentos sobre o que fazer. É fundamental destacar a importância de conversar com um adulto de confiança sobre o que está acontecendo.



Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Bloco 1 dos Anos Finais

As atividades propostas para a Educação Infantil, no item anterior, podem ser utilizadas, também, no Ensino Fundamental - Anos Iniciais - com as devidas adaptações.

QUEM É BOM DE JOGO?

Programe uma “Roda de Conversa” sobre jogos, de um modo geral, e destaque o videogame. Suscite reflexões sobre estereótipos de gênero como forma de imposição de papéis sociais e como isso pode definir quem é bom ou não em determinados jogos a partir da expectativa gerada sobre meninos e meninas.

Algumas questões norteadoras podem ajudar:

- Por que uma menina [Mônica] ser boa em *videogame* causou espanto no vídeo?
- Existem tipos de jogos nos quais as meninas se saem melhor? Por quê?
- Como podemos garantir que todos/as, meninos e meninas joguem e se divirtam juntos tendo as mesmas condições e oportunidades?

DEBATE

Utilize reportagens que provoquem reflexões sobre como meninos e meninas têm talentos e sabem/podem fazer coisas diferentes. Em seguida, organize um debate com a turma utilizando,

como exemplo, as regras adotadas em debates na TV. Estabeleça coletivamente as regras a serem seguidas, defina temas e elabore questões como, por exemplo: “Vocês acham que meninas e meninos são criados da mesma maneira? Por quê?”. Ao fim, avalie a atividade e registre as conclusões. Posteriormente, troque entre as turmas os textos com os registros das conclusões e provoque nova discussão.

CAMPANHA: COMBATENDO O PRECONCEITO

Após o debate, oriente a criação de cartazes contra a discriminação sofrida por meninos e meninas que optam por fazer coisas diferentes daquelas determinadas socialmente. Incentive os/as estudantes a criarem slogans e frases de efeito juntamente com imagens e símbolos que possam ilustrar e fortalecer a campanha. Deixe-os bem visíveis em murais e/ou demais espaços estratégicos no interior da escola.

O QUE VOCÊ QUER SER?

A partir das profissões que os personagens da Turma da Mônica contam no vídeo, apresente questionamentos sobre o fato de profissões serem mais comuns para mulheres e outras para homens. Dialogue sobre como existem brincadeiras, e, por conseguinte, profissões “só de mulheres” ou “só de homens”. Faça uma lista de interesses profissionais entre os/as estudantes. Problematize se na lista aparecem imposições de gênero. Para concluir, sugira que os/as estudantes se imaginem no futuro desempenhando a profissão escolhida e produzam um texto autobiográfico contando como foi a escolha, como é a experiência e quais as dificuldades encontradas.

A definição de papéis que as mulheres e os homens desempenham está relacionada às questões de assimetria de poder. Tradicionalmente as mulheres são educadas e são interpeladas

por mecanismos que as levam a exercer funções relacionadas ao espaço doméstico, privado e ao cuidado. Os homens, por outro lado, desde muito pequenos são incentivados a ocupar o espaço público, a rua, a interagir com brinquedos que reportam a poder (armas, blocos de montar, carros).

Atenção: para a Educação Infantil e para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, recomenda-se não falar diretamente sobre a violência, mas referir-se a esse fenômeno como “machucar” ou “perturbar” as pessoas. As sessões envolvem jogo, amizade e deve-se falar sobre os sentimentos.

Ensino Fundamental – Anos Finais (2º bloco), Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional.

As atividades propostas a seguir são recomendadas para estudantes a partir dos 12 anos de idade, ou seja, adolescentes e jovens.

A VIDA EM UMA CAIXA

Proponha um “Roda de Conversa” sobre as mensagens transmitidas tendo como norte o que se espera de uma garota ou de um garoto. Incentive os/as estudantes a identificarem os diferentes estereótipos problematizados no vídeo e como os/as jovens podem ser intimidados/as, caso não sigam as normas, papéis e expectativas impostas a meninos e meninas, mulheres e homens.

Algumas questões norteadoras podem ajudar:

- Que tipos de preconceito a Mônica enfrentaria como *gamer*? E o Cascão como bailarino ou outras profissões/atividades “tipicamente” masculinas ou femininas?
- Citar outros exemplos do que um dia já foi considerado “coisa de homem” ou “coisa de mulher” e hoje já não é mais. Exemplos: *skate*, *cozinheira* etc.
- O pai do Cascão leva lanche para a turma. Você acredita que meninos devem compartilhar as tarefas da casa porque têm pena de sua mãe, irmã, namorada ou porque elas também são tarefas de homens?

- Deixar todas as tarefas de casa para avós, mães, irmãos e namoradas pode ser considerado um ato de violência? Por quê?

HISTÓRIAS DE SUPERAÇÃO

Solicitar que os/as estudantes tragam histórias de pessoas famosas que venceram preconceitos e lutaram contra estereótipos de gênero para chegarem onde estão.

Algumas questões norteadoras podem ajudar:

- Quais os desafios para Mônica e Cascão?
- Conhece pessoas que já passaram por isso?
- Já se sentiram compelidos a fazerem escolhas devido a alguma pressão social?

REPRESENTANDO-ME

Analisando revistas e jornais, os grupos devem identificar como homens e mulheres são representados nos meios de comunicação e como podem ser intimidados caso não se encaixem nessas imagens. Os/as estudantes podem preparar colagens com base nas próprias reflexões.

Algumas questões norteadoras podem ajudar:

- Existem comportamentos certos para meninas e meninos, mulheres e homens?
- É possível ser homem e, ao mesmo tempo, ser doce, sensível ou carinhoso, como o Cascão? Por quê?

IGUALDADE EM CASA

A partir do vídeo, o grupo examina os papéis dos/as jovens nos lares e debatem a igualdade e como desejam que seja sua casa no futuro. As questões abaixo podem ser compartilhadas para a elaboração de respostas em grupo:

- Vocês acham que existem diferenças entre homens e mulheres em nossa sociedade? Elas geram desigualdades?
- Como essas diferenças ou desigualdades afetam a nossa vida diária?
- Como seria se uma mulher assumisse o papel que é tradicionalmente do homem, como a Mônica? Seria fácil ou difícil? Por quê? E o contrário?

SOBRE PRÍNCIPES E PRINCESAS

Questionar se já assistiram aos filmes Shrek², Moana, Mulan e Valente. Incentivar que assistam. Agendar uma Roda de Conversa sobre a forma como esses filmes desconstruem a visão convencional sobre “príncipes” e “princesas” e, por consequência, como contribuem para a resignificação dos papéis sociais estabelecidos para homens e mulheres. Faça uma lista com as características tradicionalmente atribuídas aos príncipes e princesas. Em seguida, relacione cada característica a uma forma de desconstrução apresentada nos filmes.

HISTÓRIAS DE SOBREVIVENTES

A partir de reportagens com histórias de mulheres que conseguiram se libertar de uma situação de violência, discuta sobre os caminhos trilhados por essa mulher.

Algumas questões norteadoras podem ajudar:

- Como essas diferenças ou desigualdades afetam a nossa vida diária?
- Com quais pessoas ela pôde contar? As instituições ajudaram?
- Quais os principais serviços de apoio que estão ao alcance das mulheres vítimas de violência? Eles funcionam? Por quê?

² Quadrilogia: Shrek; Shrek 2; Shrek o Terceiro e Shrek para sempre.

- O que é a violência contra as mulheres? Por que vocês acham que ela existe? Existe alguma justificativa para a violência?

NÃO É NÃO!

Escolha uma ou mais imagens de campanhas que alertam para atos comumente cometidos contra meninas e mulheres causando-lhes constrangimentos e violando sua dignidade sexual. São bastante comuns frases como “Não é não” ou “Respeita as minas”.

A partir das imagens, faça uma breve discussão sobre o tema e apresente a seguinte situação:

- “Uma jovem de 17 anos estava em uma festa junina quando foi abordada por um homem de 25 anos que passou a persegui-la, chegando ao ponto de forçar um beijo. A jovem assustada pediu ajuda à organização do evento, que orientou que ela aguardasse a chegada da polícia que já havia sido acionada”.

Solicite que os/as estudantes realizem pesquisas e discutam entre si sobre como tipificar o ato cometido pelo homem e cheguem a uma conclusão sobre qual pena poderia ser aplicada nesse caso.

Conduza a discussão de modo que a turma compreenda a diferença entre a importunação sexual e o assédio sexual. Tenha como norte o disposto no Artigo 216 do Código Penal (sobre Assédio Sexual) e a Lei 13781/18 (sobre Importunação Sexual). Importante lembrar que o assédio está relacionado a busca em ter relações e praticar atos libidinosos com outra pessoa de forma violenta e com grave ameaça. A importunação sexual refere-se à intensão de praticar qualquer ato libidinoso sem consentimento.

Possivelmente, outras situações conhecidas pelos/as estudantes aparecerão. Aproveite a oportunidade para ampliar o debate sobre o tema.

Questões norteadoras que podem ajudar:

- Existem situações às quais as meninas e mulheres estão expostas somente pelo fato de serem do sexo feminino?

ONDE ESTÁ SEU LIMITE?

Dando continuidade à atividade anterior, aprofunde o debate sobre a ideia de consentimento e relacionamento projetando o vídeo sobre consentimento – *Tea Consent*. O objetivo é fortalecer o debate sobre consentimento e relacionamento abusivo.

Vídeo disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=4oMGFspEFBY>>

Discuta o conteúdo do vídeo e proponha a confecção de cartazes para serem afixados na escola alertando sobre consentimento e respeito ao espaço e decisões das meninas e, principalmente, como ajudar a protegê-las.



Algumas questões norteadoras podem ajudar:

- O que é consentimento?
- Qual a importância de meninas dizerem “não” quando assim entenderem e de meninos respeitarem essa decisão?

SINAIS DE ALERTA

Após transmissão do vídeo, entregue uma folha contendo uma tabela com três colunas. Solicite que aos/às estudantes listem, na primeira coluna, os sinais de alerta apresentados no relacionamento retratado como, por exemplo, ciúmes, controle, posse, gritos. Em seguida, oriente que complementem a primeira coluna com outras formas de violências (não evidenciadas no curta). Em seguida, peça que escrevam, na segunda coluna, o que acham que se deve fazer em cada caso. Possivelmente, surgirá a discussão sobre relacionamento abusivo. Aprofunde o debate e, por fim, oriente

a turma a preencher a terceira coluna com características de um relacionamento saudável. Faça, coletivamente, um levantamento de quais comportamentos abusivos foram mais citados e pergunte por que tais comportamentos são considerados “sinais de alerta”. Questão para debate:

- Por meio de quais mecanismos a violência contra meninas e mulheres é naturalizada e reproduzida?

MÚLTIPLAS FORMAS DE VIOLÊNCIA

Inicie a atividade com as seguintes questões:

- O que vocês já ouviram falar sobre a Lei Maria da Penha? Ela é importante? Por quê?
- Quais são as cinco formas de violências segundo a Lei Maria da Penha?
- Citem exemplos de cada uma?

Apresente e discuta as cinco formas de violência tipificadas na Lei Maria da Penha. Em seguida, utilizando o Violentômetro³, solicite que os estudantes classifiquem as formas de violência contra as meninas e as mulheres listadas em: física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral, tendo como norte o disposto no Art. 7^o da Lei Maria da Penha - Lei 11.340/2006, segundo a qual a violência doméstica e familiar contra a mulher é qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.

O SILÊNCIO DOS HOMENS

Convide a comunidade para assistir ao filme “O silêncio dos

3 Violentômetro disponível em:

<<https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2019/12/09/campanha-orienta-servidores-da-saude-contra-feminicidio/>>.

homens” - direção de Ian Leite e Luiza de Castro. Promova uma discussão sobre ele e organize uma roda de conversa envolvendo ativistas locais com experiência em debates sobre violências e relações sociais. Convide também pesquisadores/as e representantes da segurança pública que trabalham com o tema abordado. Disponível em: <<https://youtu.be/NRom49UVXCE>>

Durante a discussão proponha uma leitura crítica do documentário que embora apresente aspectos importantes do efeito de uma cultura machista nos processos de subjetivação de homens na nossa cultura, silencia sobre os privilégios que os homens vivem dentro dessa cultura, como por exemplo: o privilégio de receber salários mais altos que mulheres, mesmo quando exercem as mesmas funções que elas; de serem criados dentro de uma cultura que os faz crer que são mais capazes que as mulheres; da não renúncia dos seus desejos sexuais, que faz com que eles sintam-se autorizados a praticar abusos contra mulheres.

Questões norteadoras:

- O machismo também atinge aos homens? Como?
- Quais padrões de comportamento são impostos aos homens?
- É possível ser homem e, ao mesmo tempo, ser doce, sensível e/ou carinhoso? Por que sim/por que não?

VIOLÊNCIA NAS NOTÍCIAS

Organize um cine debate ou oriente os/as estudantes a assistirem em casa ao documentário “Quem matou Eloá?” - dirigido por Livia Perez. Trata-se de uma análise crítica de como a mídia, ao fazer a cobertura do caso “Eloá”, naturaliza e espetaculariza a violência contra a mulher.

Disponível em: <https://youtu.be/4lqlaDR_GoQ>

Solicite que, a partir do documentário, observem e façam uma análise de outros assassinatos que tiveram ampla cobertura pelos canais de TV. Os resultados podem ser entregues por escrito ou discutidos em sala. Em seguida, dialogue sobre a importância de atitudes como a do personagem que no vídeo “Papo Reto” problematiza a postura do colega que está sendo violento com sua namorada.

PERIGOS NA REDE

Escreva no quadro ou em um cartaz a palavra “*Grooming*” e pergunte se alguém já ouviu falar. Possibilite que os/as estudantes pesquisem e expliquem o que significa.

Trata-se de estratégias utilizadas por um adulto, por meio da internet, para ganhar a confiança de uma criança, adolescente ou mesmo jovens para, após, abusar ou explorar sexualmente. No processo, o assediador, que inicialmente finge ser uma criança, consegue obter fotos ou vídeos sexuais da menina para posteriormente torná-la alvo de chantagens e extorsões. A partir do conceito de “*Grooming*”, suscite o debate sobre os perigos escondidos na Rede.⁴

Questão norteadora:

- A internet é um ambiente seguro? Por quê?
- As crianças e adolescentes, sobretudo meninas, são mais vulneráveis? Por quê?

⁴ Para a aprofundar o debate recomendamos a cartilha Navegar com Segurança, desenvolvida pela Childhood Brasil para pais, educadores e responsáveis. Disponível em: https://www.childhood.org.br/publicacao/Navegar_com_Seguranca.pdf. Para estudantes Childhood Brasil recomenda a SaferDic@s, desenvolvida pela SaferNet. Disponível em https://www.childhood.org.br/publicacao/Childhood_cartilhas_SAFERDICAS.pdf

Vídeos Turma da Mônica: “Juntos pela Igualdade” e “Papo Reto” *

*Produção dos Vídeos Turma da Mônica: Mauricio de Sousa

A elaboração deste Guia nasceu da necessidade de subsidiar a discussão sobre violência contra meninas e mulheres que será suscitada nas unidades escolares por ocasião do lançamento e disponibilização dos vídeos da Turma da Mônica “Juntos pela Igualdade” e “Papo Reto” para uso em toda a Rede Pública de Ensino do DF.

A produção dos vídeos é resultante de ação da Secretaria de Estado de Segurança Pública – SSPDF que contou com a parceria da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF⁵ e colaboração do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e da Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres - ONU Mulheres.

A construção dos vídeos contou com o acompanhamento e orientações de representantes da SSPDF, SEEDF e ONU Mulheres, sendo, portando, resultado de muitos estudos e diálogos. Recomenda-se o uso dos vídeos em tela para introduzir ações pedagógicas voltadas a edificação de relações saudáveis entre meninas e meninos

5 Parceria institucionalizada por meio da Publicação Portaria Conjunta No 21, de 17 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre a cooperação mútua entre a Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal e a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal para implementação e utilização de dois vídeos animados educativos da Turma Mônica visando à prevenção da violência contra a mulher, com aplicação nas escolas do Distrito Federal, nas mídias sociais e nos aplicativos de compartilhamento de vídeos. DODF Nº 37 de 21 de fevereiro de 2020.

com vistas ao enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres.

Orienta-se que para a utilização dos vídeos, os/as profissionais da educação considerem a indicação de uso de acordo com a faixa etária e/ou etapa/modalidade atendida.

| Etapa/modalidade | Vídeo indicado |
|---|--|
| Educação Infantil (0 a 5 anos) | Apenas o Vídeo da Turma da Mônica Clássica |
| Ensino Fundamental – Anos Iniciais (6 a 10 anos) | |
| Ensino Fundamental – Anos Finais – Bloco 1 (11 e 12 anos) | |
| Ensino Fundamental – Anos Finais – Bloco 2 (13 e 14 anos) | Ambos |
| Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional – a partir de 15 anos. | |

É importante ressaltar que o vídeo “Juntos pela Igualdade” atende a todas as idades, uma vez que a Turma da Mônica Clássica é conhecida e normalmente bem quista em todas as faixas etárias. Já o vídeo “Papo Reto”, da Turma da Mônica Jovem, que também pode ser utilizado com estudantes de faixas etárias diversas das indicadas no quadro, pede cautela quanto ao uso com as crianças por conter um conteúdo pensado para jovens. Orienta-se que os/as professores/as avaliem os vídeos e façam as adaptações necessárias e pertinentes considerando sempre o perfil dos/as estudantes e da comunidade na condução das atividades propostas.

Vídeo “Juntos pela Igualdade” - Turma da Mônica Clássica

O vídeo “Juntos pela Igualdade” questiona papéis tradicionais de gênero na sociedade e como estes se traduzem em estereótipos e expectativas específicas para meninos e meninas. Utiliza-se de situações e diálogos entre personagens da Turma da Mônica Clássica para suscitar reflexões sobre os papéis sociais impostos a homens, meninos, mulheres e meninas, destacando-se as aspirações profissionais e atribuições domésticas. A narrativa desconstrói padrões de comportamento impostos ao destacar que meninos podem ser dançarinos – profissão considerada feminina –, bem como podem chorar e expressar sentimentos sem que isso represente fraqueza, assim como meninas podem ser *gamers*, cineastas ou capitãs de um navio. Na mesma linha, o vídeo busca romper com visões sobre as tarefas domésticas, tidas como femininas, ao apresentar um homem servindo o lanche e também, meninos e meninas dividindo tarefas na organização da casa.

É importante frisar, a partir do vídeo, que todas as pessoas devem ser livres para ser quem são, bem como para fazer escolhas e trilhar caminhos sem sofrer qualquer tipo de preconceito.

Acesse:

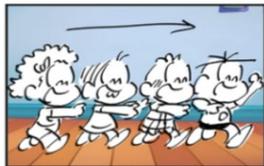
[Turma da Mônica em “Juntos pela Igualdade”](#)

Versão com libras e audiodescrição

IMAGENS TMC

Storyboard – início da produção do filme TMC

Os quadrinhos abaixo são aleatórios



TURMA DA
Mônica
EM

**JUNTOS PELA
IGUALDADE**

© MSP - BRASIL / 2020

MARULLO

Turma da Mônica Jovem - “Papo Reto”

O “Papo Reto”, destinado aos/às estudantes maiores de 12 anos, problematiza posturas autoritárias baseadas em um modelo de masculinidade que alimenta sentimentos de posse e hierarquizações. Por meio de diálogos entre personagens da Turma da Mônica Jovem, o curta opta por destacar, dentre as diversas formas de violência, a psicológica, caracterizada quando um jovem grita, demonstra ciúmes descabido, constrange, invade a privacidade, controla a roupa, comportamentos e decisões da personagem. Tendo em vista que a violência psicológica contra meninas e mulheres precede as agressões físicas, o debate acerca dessa forma de violência assume importante papel no processo de identificação e prevenção.

O vídeo descreve diferentes aspectos de um relacionamento abusivo. É importante frisar que todas as pessoas devem ser livres e que nenhum relacionamento concede o direito de restringir a liberdade de ser, de escolher e conviver como e com quem se deseja. Importante lembrar, contudo, que apesar da situação apresentada como exemplo ilustrar o comportamento de um sujeito, o machismo deve ser entendido como um problema estrutural presentes em diversos ambiente e materializados de diversas formas .

Acesse:

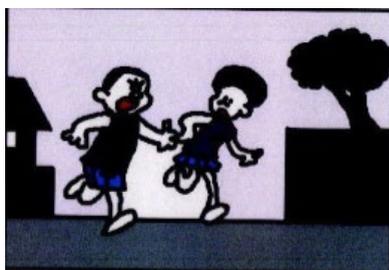
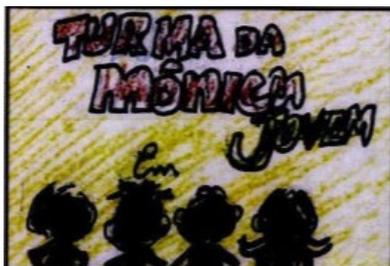
Turma da Mônica em “Papo Reto”

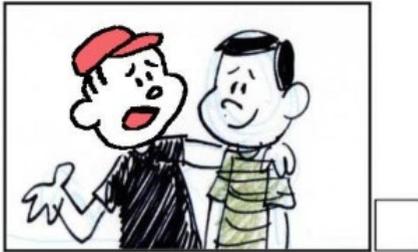
Versão com libras e audiodescrição

IMAGENS TMJ

Storyboard – início da produção do filme TMJ

Os quadrinhos abaixo são aleatórios





FUBA DA
Menca
JOVEN
EM

PAPO RETO !!!

Multidisciplinaridade da temática

Abaixo, destacamos alguns exemplos de como a temática pode ser trabalhada nas diferentes disciplinas:

MATEMÁTICA

As aulas de Matemática podem ser importantes espaços de discussão da temática por meio da análise de dados sobre ingresso no mercado de trabalho, participação na política, indicadores envolvendo as profissões tipicamente masculinas ou femininas e pesquisas envolvendo violência contra meninas e mulheres.

Pesquise e dialogue sobre as contribuições de mulheres para a Matemática, como, por exemplo, Hipatia de Alexandria e Marie-Sophie. Junte-se ao(à) professor(a) de História e busque conhecer as trajetórias dessas mulheres.

Sugestão de filme: Estrelas além do tempo
Direção de Theodore Melfi - [Trailer](#)

HISTÓRIA

O componente curricular “História” é importante aliado na compreensão dos processos históricos que culminaram no

desenho de sociedade que temos hoje. Explore a história de mulheres que ousaram desafiar o machismo. É importante ainda discutir a história do movimento feminista, perceber que não se trata de um movimento homogêneo, pois a luta das mulheres passa pelas especificidades e demandas de diferentes grupos como, por exemplo: mulheres negras, indígenas, camponesas, ribeirinhas, dentre outras. Aproveite a oportunidade para contextualizar, historicamente, formas de opressão e violências que atingem outros grupos sociais como, por exemplo, negros, indígenas, camponeses, refugiados, ciganos, judeus e como mulheres desses grupos são duplamente discriminadas e oprimidas.

Sugestão de filme: Vênus Negra
Direção de Abdlatif Kechiche - Trailer

GEOGRAFIA

Em diálogo com as aulas de História, é possível apresentar aos/às estudantes a multiplicidade de culturas e identidades encontradas pelo mundo, inclusive dentro do mesmo país. Discuta o papel do Estado e das instituições. Em parceria com a Matemática, estabeleça um *ranking* da violência no mundo e localize o Brasil. Em seguida, faça o mesmo entre os Estados e siga até chegar às localidades onde os/as estudantes residem. É bem interessante, ainda, usar as aulas de Geografia para comparações entre países no tocante aos índices de violência contra meninas e mulheres.

Sugestão de filme: A fonte das Mulheres,
dirigido por Radu Mihaileanu - Trailer

LÍNGUA PORTUGUESA

Nas aulas de Língua Portuguesa, é possível abordar a invisibilidade das mulheres escritoras, a representação da mulher na literatura e como os papéis de gênero são construídos na literatura, sobretudo nos contos de fadas. A releitura de contos de fadas ressignificando o papel das mulheres é uma alternativa interessante.

É importante, ainda, apresentar o debate sobre como algumas regras gramaticais excluem as mulheres e colocam o masculino como referência de totalidade e como representação do ser humano.

Sugestão de vídeos: Série Mulheres – Episódio 1 – Mulheres na Literatura.

Pesquisa em Pauta: Mulher e Literatura - entrevista com Rita Terezinha Schmidt, professora do Instituto de Letras da UFRGS.

CIÊNCIAS DA NATUREZA (Física, Química e Biologia)

As aulas de Ciências podem contribuir para a discussão sobre como as diferenças biológicas entre homens e mulheres podem ser utilizadas de forma essencialista e discriminatória. Outro aspecto importante é abordar a invisibilidade das mulheres no campo científico. Uma rápida análise das premiações do Nobel no campo científico revela o quanto esta ainda é uma área eminentemente masculina. Cabe discutir o chamado “efeito Matilda”, uma referência à sufragista Matilda Joslyn Gage. Foi ela quem denunciou, pela primeira vez, que as contribuições de mulheres na ciência costumam ser atribuídas a homens, enquanto elas são desconsideradas ou mesmo apagadas da História.

**Sugestão de vídeo para professores/as:
Programa Ciência Aberta - Mulheres na Ciência**

EDUCAÇÃO FÍSICA

Nas aulas de Educação Física, é importante discutir o papel das mulheres no esporte, em especial, no futebol, esporte profundamente marcado pela diferença de incentivos para a participação de meninas e meninos e, principalmente, pela disparidade de investimentos entre as equipes masculinas e femininas. No campo da Educação Física, é bastante nítida a associação da força, virilidade e agressividade aos meninos e homens, ao passo que meninas e mulheres são associadas à fragilidade, delicadeza e sensibilidade. Outro aspecto interessante é como as mulheres são compelidas a esconderem seus corpos sob a alegação de serem associadas a comportamentos inadequados ou mesmo acusadas de provocarem os meninos.

**Sugestão de vídeos: Mulheres no esporte
Documentário - Dimensão Olímpica.**

LÍNGUA ESTRANGEIRA (LE)

Durante as aulas de LE, é possível abordar aspectos culturais e modos de vida das meninas e mulheres, bem como trabalhar com dados sobre a violência contra elas em países falantes da língua. Pode-se, ainda, utilizar charges, reportagens e obras literárias (escrita por mulheres e/ou que abordam a temática) originalmente escritas na língua trabalhada e que possam contribuir com a discussão.

Sugestão de filme: *As Sufragistas* (em inglês: Suffragette), filme franco-britânico de 2015, direção de Sarah Gavron - Trailer

ARTES

As aulas de Artes, a exemplo da Literatura, permitem discutir o papel e espaço dados às mulheres, bem como discutir a história dos padrões corporais e estéticos impostos a elas. Cabe ainda debater a história de mulheres que precisaram superar práticas machistas para se destacarem no campo das artes como, por exemplo, Marianne Brandt⁶ (1893-1983) que, ao ingressar na Universidade Bauhaus⁷ (*Bauhaus-Universität Weimar*), em 1924, conseguiu, com dificuldade, entrar na Oficina de Metais, campo hegemonicamente masculino, já que as mulheres eram incentivadas a cursarem oficinas como tecelagem e cerâmica. Na Oficina de Metais, designavam-lhe apenas tarefas subalternas durante as aulas. Superando esse cenário, ela criou objetos e utilitários domésticos que se tornaram ícones no design moderno como chaleiras, cinzeiros, bules, conjuntos de chá e candeeiros.

Vale a pena pesquisar sobre os trabalhos de mulheres artistas que utilizaram a Arte para contestar a opressão feminina como, por exemplo, Anna Maria Maiolino, Rosana Paulino, Márcia X, Maria do Carmo Secco e Santarosa Barreto.

Sugestão de vídeo: **Mulheres nas Artes – TV UFMG**

6 Biografia disponível em <<https://www.widewalls.ch/artist/marianne-brandt/>>.

7 A Bauhaus é uma universidade alemã referência em arquitetura e design modernos.

Recomendações adicionais aos/ às professores/as e demais profissionais da educação⁸

Participar de cursos de capacitação sobre o tema de violência contra as mulheres, bem como sobre Procedimentos Locais de Proteção à Infância.⁹

Denunciar: Os/as estudantes podem estar vivenciando a violência em seus lares e/ou relacionamentos. Nesse sentido, é preciso atenção ao cumprimento das políticas de proteção à infância. Os/as estudantes podem identificar a violência em suas relações e se encontrar em um risco maior de violência, quando decidem romper com o agressor sem o devido apoio. O grupo também pode experimentar reações negativas por parte da comunidade, já que estará começando a desafiar normas e atitudes do gênero.

Conhecer o procedimento local de proteção à infância e à adolescência. É necessário averiguar o protocolo, em nível nacional ou local, para se aproximar de uma criança com quem se esteja preocupado ou para enfrentar uma situação na qual a criança relata ter sofrido algum tipo de violência. Em caso de denúncia, as informações devem ser encaminhadas à equipe gestora que deverá procurar o Conselho Tutelar¹⁰ responsável pela região.

Construir parcerias locais. Identificar organizações e especialistas locais que trabalhem com a violência contra as crianças e adolescentes. Identificar os serviços de assistência já existentes

8 Inspirado nas orientações contidas em ONU MULHERES (2013). *Voices Against Violence*.

9 Ver cursos ofertados pela **Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação (EAPE)**.

10 Acesso à relação dos Conselhos Tutelares do DF: <<http://www.crianca.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2018/02/CONSELHOS-TUTELARES.pdf>>.

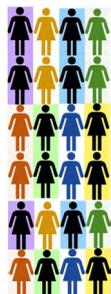
para sobreviventes e vítimas da violência. Os/as responsáveis e os tutores/s são parceiros vitais para o bem-estar dos/as estudantes.

Descobrir quais formas de violência são mais expressivas na comunidade. Consultar as organizações locais e nacionais para saber suas experiências e as necessidades das meninas e mulheres da sua comunidade. Como exemplo de ação local, cita-se a Câmara Técnica de Homicídios e Feminicídios (CTHF), da estrutura da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal (SSPDF) criada via Portaria 176 (SSPDF, 2018), cuja finalidade é elaborar diagnósticos criminais e criminológicos dos delitos ou tentativa de delitos contra a vida, nas Regiões Administrativas do Distrito Federal, com o intuito de subsidiar a definição e adequação de políticas públicas visando não apenas otimizar as medidas repressivas, mas também nortear as ações de natureza preventiva¹¹.

A citada Câmara é composta por representantes do Judiciário, do Ministério Público e da segurança pública local. Um dos principais produtos da CTMHF é a pesquisa perfil, que agrega diversas características e informações judiciais sobre todos os casos de feminicídios ocorridos no DF desde a Lei do Feminicídio, de 2015. A pesquisa fornece informações relevantes, que indicam vulnerabilidades, com consequente impacto na adoção de estratégias de prevenção e enfrentamento por parte da SSPDF e demais partícipes da rede de proteção à mulher no DF, das quais destacam-se, pela utilidade à comunidade escolar, os dados presentes no seguinte infográfico:

¹¹ Para saber mais acesse: <http://www.ssp.df.gov.br/ssp-df-coordena-reuniao-da-camara-tecnica-de-homicidio-e-feminicidio>

FEMINICÍDIOS EM NÚMEROS: Monitoramento 2015 a 2019



Vítimas de Feminicídio de 2015 a 2019

*Março de 2015 a Dezembro de 2019

5 casos sob investigação da autoria



94,8%
dos casos elucidados com identificação do autor

30%
das mulheres possuíam de 19 a 29 anos

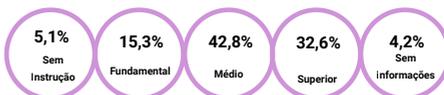


Vítima mais nova
0,5 anos

Idade média
37,1 anos

Vítima mais idosa
69 anos

64,3%
das mulheres eram pardas



Ocorrências de feminicídio e taxa por ano de 2015 a 2019:



Informações dos Filhos:

36
Mulheres eram mães e deixaram filhos menores de 18 anos

75
Órfãos

52%
Crianças

38,9%
dos órfãos também são filhos do autor

48%
Adolescentes

Autor mais novo
19 anos

Idade média
38 anos

Autor mais idoso
80 anos



5 Feminicídios foram praticados em co-autoria
1 Autor praticou duplo Feminicídio
1 Autor praticou dois Feminicídios

29,1%
possuem de 30 a 39 anos

45,8%
possuem ensino fundamental

61,4%
dos autores são pardos



94 - Homens
2 - Mulheres

18% falecidos após o crime

73%
dos autores estão presos

41,1%
Presos com Sentença com Trânsito em Julgado

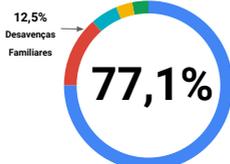


52,1%
dos autores eram **Maridos ou Companheiros** das vítimas



71%
dos crimes ocorreram no **Interior de residências**

O Sentimento de Posse motivou



dos casos de Feminicídio no DF do ano 2015 a 2019

29,6%

Haviam registrado **ocorrências anteriores de violências** praticadas pelo mesmo autor

50%

dos casos sem registro, há **informações por testemunha de agressões sofridas e não registradas**

ANOTAÇÕES:

- Dados relativos aos Feminicídios Consumados e registrados de março de 2015 a 31 de dezembro de 2019.
- Dados atualizados em 31/01/2020.



Além da CTMHF e a pesquisa sobre o perfil dos feminicídios no DF, a SSPDF divulga periodicamente, documentos técnicos com dados locais referentes às formas de violência contra a mulher (doméstica, sexual e feminicídio), disponíveis ao público no sítio¹² da SSPDF.

Preparar-se. Conhecer a legislação nacional e local relacionada ao tema. Refletir sobre a violência contra as meninas e mulheres e assegurar-se de saber onde buscar ajuda, se a estudante houver sofrido ou estiver sofrendo uma experiência de violência ou se precisar conversar depois das sessões. Refletir sobre seus próprios sentimentos a respeito da violência contra as mulheres e meninas. Se for necessário, procurar ajuda. Para ajudar a entender melhor o tema: ler livros, ver notícias e filmes, pesquisar as leis e políticas nacionais.

Criar um espaço seguro e compreensivo¹³. É importante criar um espaço em que os/as estudantes sintam incluídos/as e à vontade para falar sobre seus direitos, sobre igualdade de gênero e sobre a violência com as meninas e mulheres. É importante ter um código de conduta acordado, que seja abrangente e sensível, que respeite a diversidade e as diferenças. É fundamental conhecer bem e colocar em prática a política e os procedimentos locais de proteção à infância.

12 Disponível em <<http://www.ssp.df.gov.br/violencia-contr-a-mulher/>>

13 Para mais informações sobre Políticas de Proteção, sugerimos os materiais: Padrões de Proteção à Criança, da KeepingChildren SafeCoalition; o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei 8069/1990); Proteção da Criança e do Adolescente – Orientações sobre como Proteger e Prevenir Abusos – Manual para Escotistas pelo Programa de Proteção Infantil dos Escoteiros do Brasil.

O que fazer diante de uma denúncia!?

- Em casos que envolvam crianças e adolescentes, avisar à Equipe Gestora que deverá, imediatamente, notificar o Conselho Tutelar mais próximo. ***Ver aqui a relação de Conselhos Tutelares do DF.
- Buscar apoio no Serviço de Orientação Educacional.
- Buscar os equipamentos da rede de proteção à mulher do DF e pedir apoio.
- Nunca expor a vítima e não atuar como investigador(a).
- Utilizar canais de denúncia com o Disque 180 ou Disque 100.

Para mais informações sobre equipamentos da rede de proteção do DF acessar:

- REDE DE PROTEÇÃO ÀS MULHERES DO DISTRITO FEDERAL (<https://www.tjdft.jus.br/informacoes/cidadania/centro-judiciario-mulher/o-nucleo-judiciario-da-mulher/rede-de-protecao-a-mulher/rede-protecao-as-mulheres>)
- SERVIÇOS COORDENADOS PELA SEGURANÇA PÚBLICA (<http://www.mulher.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2018/03/Apresentação-SSPDF.pdf>)
- SERVIÇOS COORDENADOS PELA SEJUS - PROGRAMA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA E VIGILÂNCIA À VIOLÊNCIA – PAV (<http://www.mulher.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2018/03/Apresentação-saude.pdf>)
- CENTROS ESPECIALIZADOS DE ATENDIMENTO À MULHER – CEAMs (<http://www.mulher.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2018/03/Apresentação-SUBPM-SEDESTMIDH.pdf>)
- UNIDADE DE ACOLHIMENTO PARA MULHERES – UNAM - Casa Flor (<http://www.mulher.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2018/03/Apresentação-SEADS-SEDESTMIDH.pdf>)

O que fazer diante de uma denúncia de abuso sexual!¹⁴

Ao criar um espaço seguro, é natural que a criança, o/a adolescente se sinta confortável para compartilhar detalhes íntimos de suas vidas. Com isso, pode ocorrer que revele para você ou para o grupo algum caso de abuso físico, psicológico ou sexual. Se isso acontecer:

1. Acredite nele/a. Ouça com atenção. A relação de confiança existente no grupo permitiu que ele/a revelasse para você essa informação. Ouça abertamente e calmamente, não julgue nem demonstre quaisquer opiniões ou emoções que não sejam confiança e suporte.
2. Tranquelize a criança, o/a adolescente, mas não prometa que irá manter seu segredo. Assegure-o/a de que você vai tentar fazer com que receba a ajuda de que necessita. Explique que você deve compartilhar essas informações com alguém para conseguir ajuda.
3. Assim que possível, anote o relato usando as próprias palavras da criança, do/a adolescente. Não faça perguntas ou tente esclarecer detalhes.
4. Informe imediatamente os órgãos competentes. Em geral, as denúncias devem ser feitas no Conselho Tutelar ou em Varas da Infância e da Juventude, para o caso de municípios onde não há Conselhos Tutelares. Outros órgãos que também estão preparados para ajudar são as Delegacias de Proteção à Criança e ao Adolescente e as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher.
5. A confidencialidade é essencial. No âmbito escolar o caso deve ser encaminhado ao/a profissional do SOE e/ou alguém

14 Adaptado de: ONU Mulheres Brasil(2017). Currículo Uma Vitória Leva À Outra. P. 35.Disponível em: <http://umavitorialevaaoutra.com.br/>

da Equipe Gestora . Compartilhe as informações de que necessitam para entender a situação, apoiar a criança, o(a) adolescente e fazer o encaminhamento necessário.

6. Evite a revitimização, que ocorre quando a criança ou adolescente é chamada a relatar o abuso que sofreu várias vezes, revivendo a violência, o que pode levar a vítima a achar que não estão acreditando nele/nela e/ou sentir-se invadida. Hoje a Delegacia de Proteção da Criança e do Adolescente dispõe de profissionais e tecnologias que permitem colher o depoimento da criança uma única vez, de forma qualificada, com a ajuda de um profissional que atua na área de saúde mental, justamente para que novas violências não sejam cometidas contra aquela criança e aquele adolescente, no processo de oitivas.

Para saber mais!

Vídeo: O nome da História - Violência sexual - Canal E

Fôlder com orientações - SEEDF

Lei Nº 13.431, de 4 de abril de 2017 – Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)



Datas importantes!

24 de fevereiro – Dia da conquista do voto feminino no Brasil

8 de março – Dia Internacional da Mulher

21 de março – Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial

30 de abril – Dia Nacional da Mulher

18 de maio – Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes

28 de maio – Dia Internacional de Luta pela Saúde da Mulher e Dia Nacional de Redução da Morte Materna

25 de julho – Dia Internacional da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha

05 de setembro – Dia Internacional da Mulher Indígena

23 de setembro – Dia Internacional contra a Exploração Sexual e o Tráfico de Mulheres e Crianças

10 de outubro – Dia Nacional de Luta contra a Violência à Mulher

25 de outubro – Dia Internacional contra a Exploração da Mulher

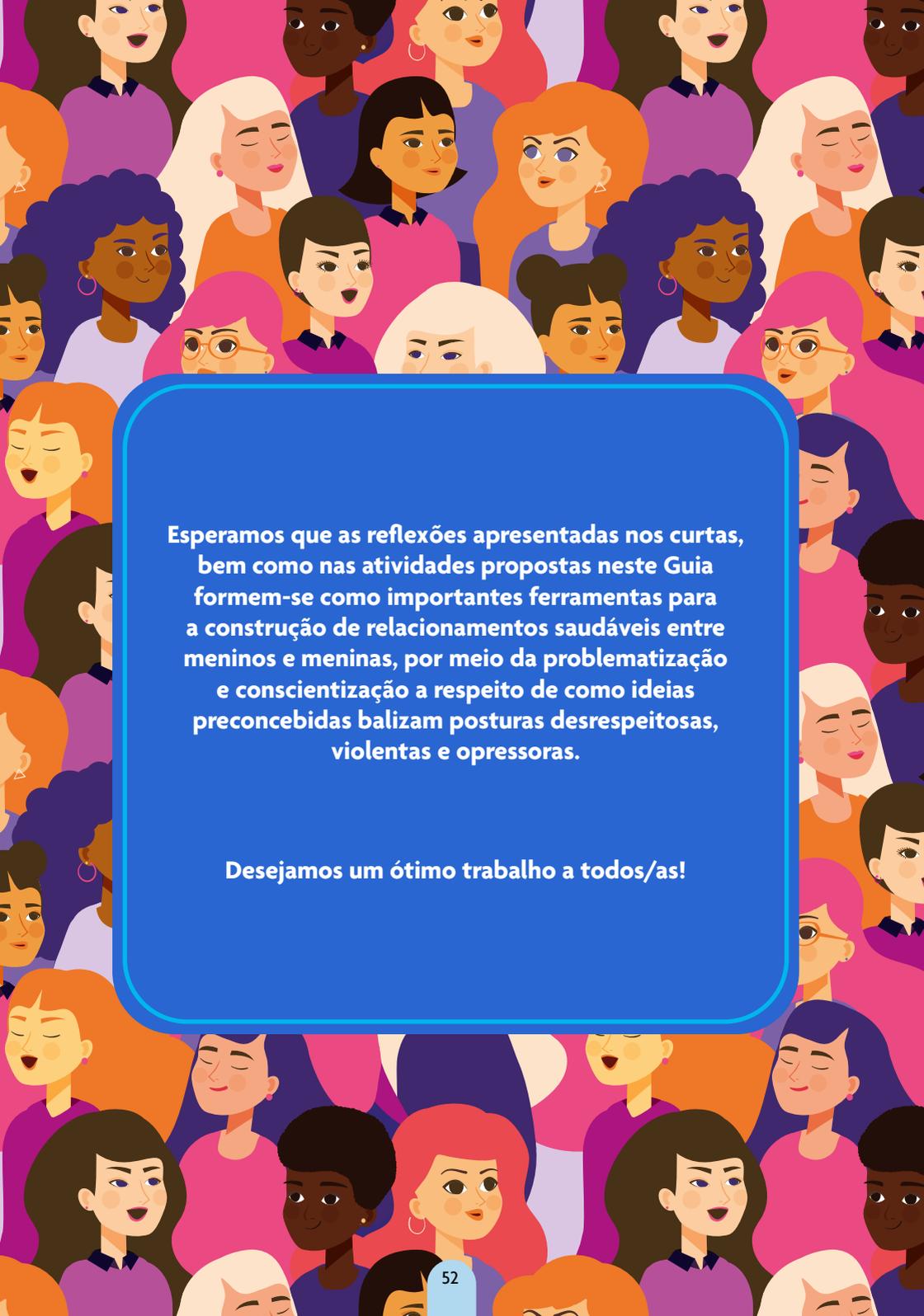
20 de novembro – Dia Nacional da Consciência Negra

25 de novembro – Dia Internacional da Não-Violência contra a Mulher

25 de novembro a 10 de dezembro - Campanha Mundial pelos Direitos Humanos das Mulheres - 16 Dias de Ativismo contra a Violência.

6 de dezembro – Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres

10 de dezembro – Dia Mundial dos Direitos Humanos



Esperamos que as reflexões apresentadas nos curtas, bem como nas atividades propostas neste Guia formem-se como importantes ferramentas para a construção de relacionamentos saudáveis entre meninos e meninas, por meio da problematização e conscientização a respeito de como ideias preconcebidas balizam posturas desrespeitosas, violentas e opressoras.

Desejamos um ótimo trabalho a todos/as!

Referências

BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

_____. Lei Federal Nº 8069, de 13 de julho de 1990. ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.

_____. Lei Nº 13.431 de 04 de abril de 2017. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

_____. Lei Nº 13.104, de 09 de março de 2015. (Lei do Feminicídio). Que altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos.

_____. Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

_____. Lei Nº 13.718, de 24 de setembro de 2018. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, tornar pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável, estabelecer causas de aumento de pena para esses crimes e definir como causas de aumento de pena o estupro coletivo e o estupro corretivo; e

revoga dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais).

_____. Ministério da Educação. Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Resolução nº 1, de 30 de Maio de 2012. Disponível em <https://www.mdh.gov.br/navegue-por-temas/educacao-em-direitos-humanos/DiretrizesNacionaisEDH.pdf>. Acesso em 18 fev. 2020

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Revista Estudos Feministas. V.10, no.1, p.171-188, jan/2002.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Currículo em Movimento da Educação Básica – Pressupostos Teóricos. 2014. Disponível em http://www.se.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2018/02/1_pressupostos_teóricos.pdf. Acesso em 18 fev. 2020

_____. Lei Nº 6325 de 2019, que institui a Semana Maria da Penha nas Escolas.

_____. Lei Nº 5806, de 26 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a valorização das mulheres e o combate ao machismo na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

_____. Secretaria de Estado da Mulher. Rede de Proteção à Mulher. 2018. Disponível em: <<http://www.mulher.df.gov.br/rede/>>. Acesso em 14 fev. 2020

_____. Secretaria de Estado de Políticas para Crianças e Adolescentes (SECRIA) Conselhos Tutelares do DF. 2018. Disponível em: <http://www.crianca.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2018/02/CONSELHOS-TUTELARES.pdf>. Acesso em 14 fev. 2020

_____. Agência Brasília. Violentômetro (imagem). 2019. Disponível em: <<https://www.agenciabrasilia.df.gov>>

br/2019/12/09/campanha-orienta-servidores-da-saude-contra-feminicidio/>. Acesso em 14 fev. 2020

_____. Secretaria de Estado de Segurança Pública. Portaria SSPDF nº 176, de 13 de setembro de 2018. Cria a Câmara Técnica de Homicídios e Feminicídios - CTMHF. Disponível em: <http://www.buriti.df.gov.br/ftp/diariooficial/2018/09_Setembro/DODF%20179%2019-09-2018/DODF%20179%2019-09-2018%20INTEGRA.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2020

_____. Secretaria de Estado de Segurança Pública. Dados relativos aos feminicídios consumados e registrados de março de 2015 a 31 de dezembro de 2019 (Dados atualizados em 31/01/2020) – infográfico Câmara Técnica de Homicídios e Feminicídios (CTHF/SSPDF)

_____. Secretaria de Estado de Segurança Pública. Documentos técnicos com dados locais referentes às formas de violências contra a mulher (doméstica, sexual e feminicídio). Disponível em <<http://www.ssp.df.gov.br/violencia-contra-a-mulher/>>. Acesso em: 07 fev. 2020

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

ONU BRASIL (2016a). Currículo O Valente Não É Violento. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/programasemdestaque/genero-na-escola/>>

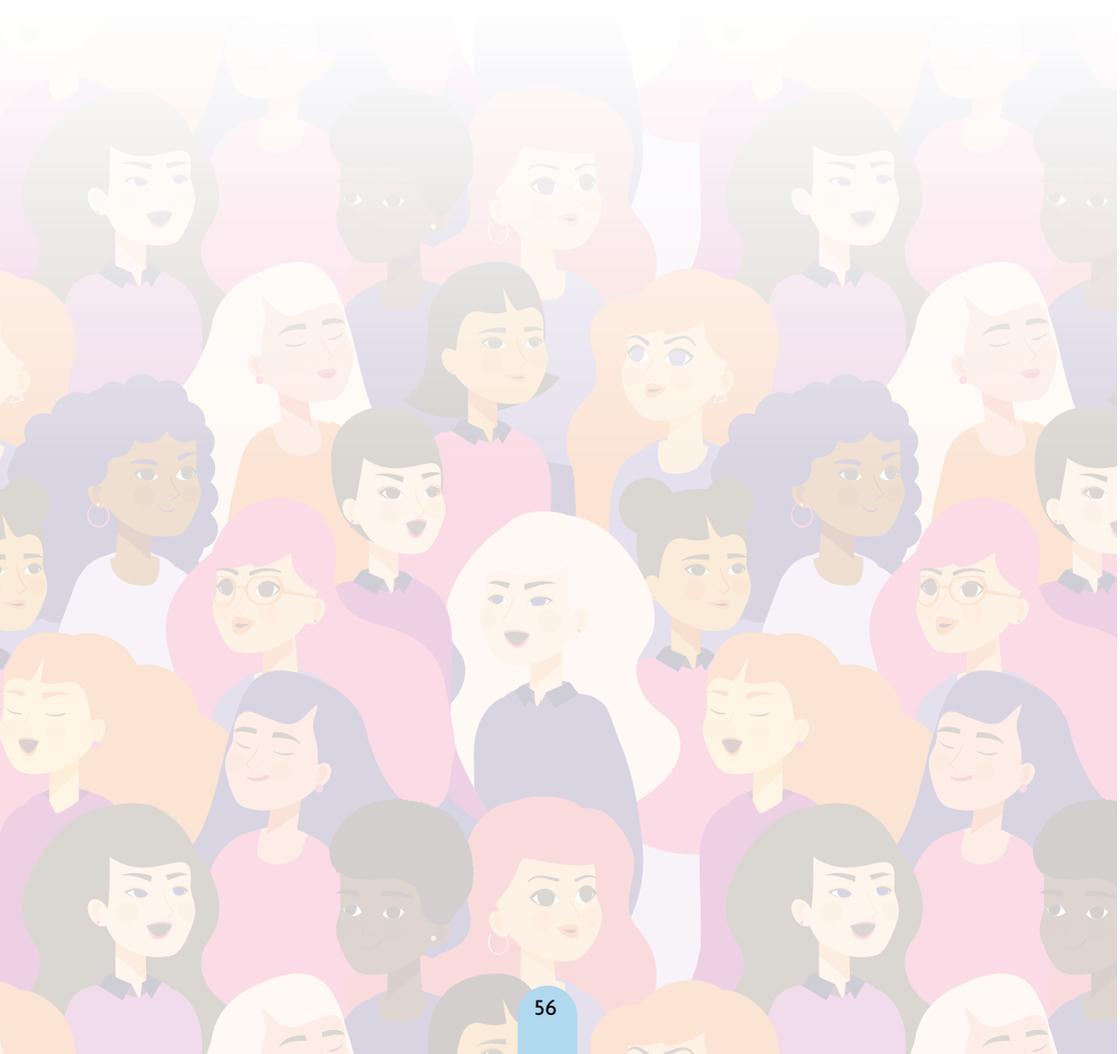
_____. (2016b). Glossário de termos do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. Disponível em <https://tinyurl.com/wzdhoqc>

ONU MULHERES (2013). Voices Against Violence. Disponível em: <<https://bit.ly/36JKMWc>>

ONU MULHERES BRASIL (2017). Currículo Uma Vitória Leva À Outra. Disponível em: <<http://www.umavitorialevaaoutra.org.br/>>

TJDFT. Rede de Proteção às Mulheres – Catálogo. 2018. Núcleo Judiciário da Mulher. 2ª edição. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/informacoes/cidadania/centro-judiciario-mulher/o-nucleo-judiciario-da-mulher/rede-de-protecao-a-mulher/rede-protecao-as-mulheres>>. Acesso em: 14 fev. 2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ E INSTITUTO MARIA DA PENHA (UFC-IMP) (2017) Terceiro Relatório da Pesquisa de Condições Socioeconômicas e Violência contra a Mulher (PCSVDF).



LEITURAS RECOMENDADAS

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo:1ª. Ed. Polén Livros. Feminismos Plurais, 2019.

ALMEIDA, Sílvio. O que é racismo estrutural. Série Feminismos Plurais. Letramento, Belo Horizonte, MG, 2018.

ARROYO, Miguel. Currículo, território em disputa. Petrópolis (RJ), Editora Vozes, 2013.

DELAURETTIS, Teresa. A Tecnologia do Gênero. In: HOLLANDA, H.B (Org). Tendências e impasses- o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994 p.206-241.

GOMES, Carlos Magno (Org). Língua e literatura: propostas de ensino. Editoras UFS. Universidade Federal de Sergipe, 2009.

_____. Ensino de Literatura e Cultura- do resgate à violência doméstica. Paco Editorial, 2014.

HOOKS, bell. Eros, erotismo e o processo pedagógico in LOURO, Guacira Lopes. (Org.) O corpo educado- Pedagogias da Sexualidade. Ed. Autêntica. Belo Horizonte, 2018.

_____. Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

_____. Erguer a voz- pensar como feminista, pensar como negra. Ed. Elefante. São Paulo, SP, 2019.

RIBEIRO, Djamilá. O que é lugar de fala? Belo Horizonte (MG). Feminismos Plurais. Letramento: justificando, 2017

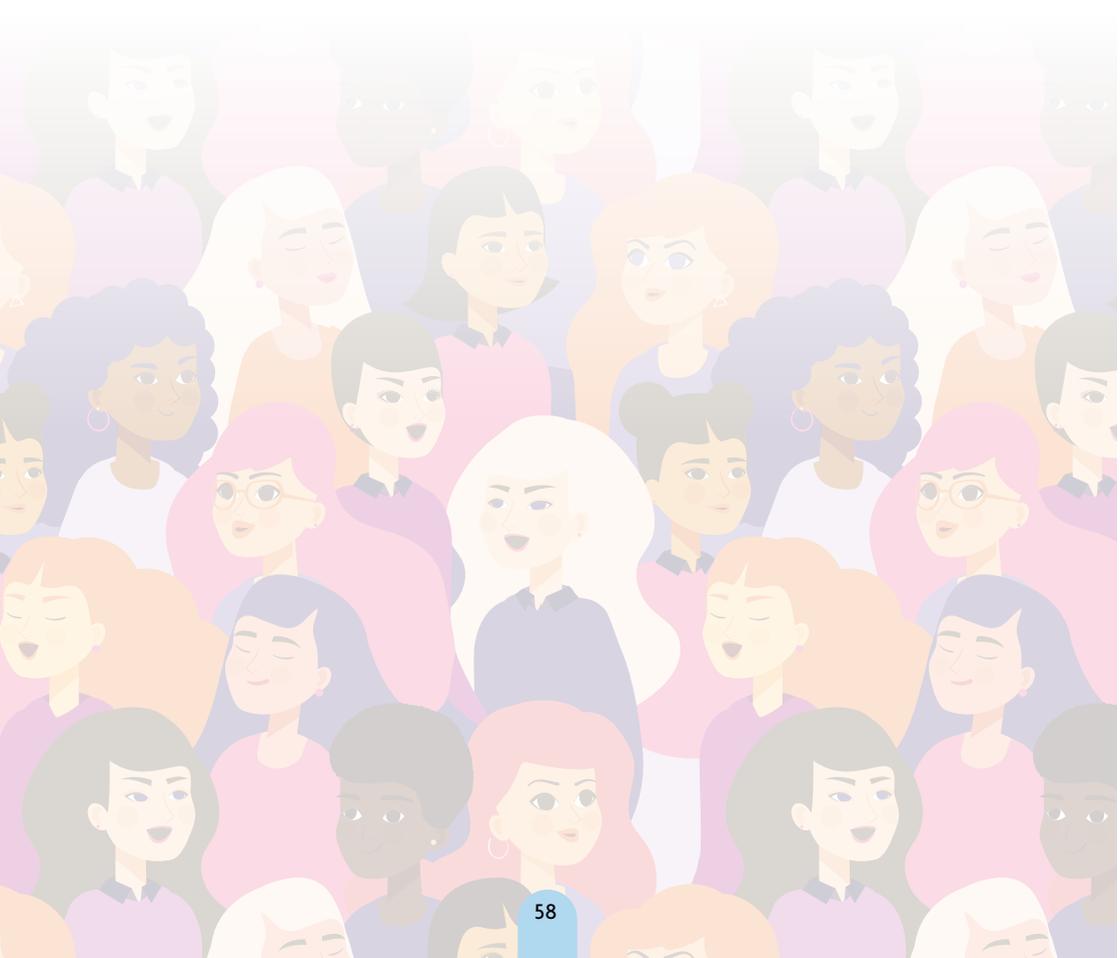
SAVIANI, Demerval. Pedagogia Histórico-crítica: primeiras aproximações.11 ed.rev- Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

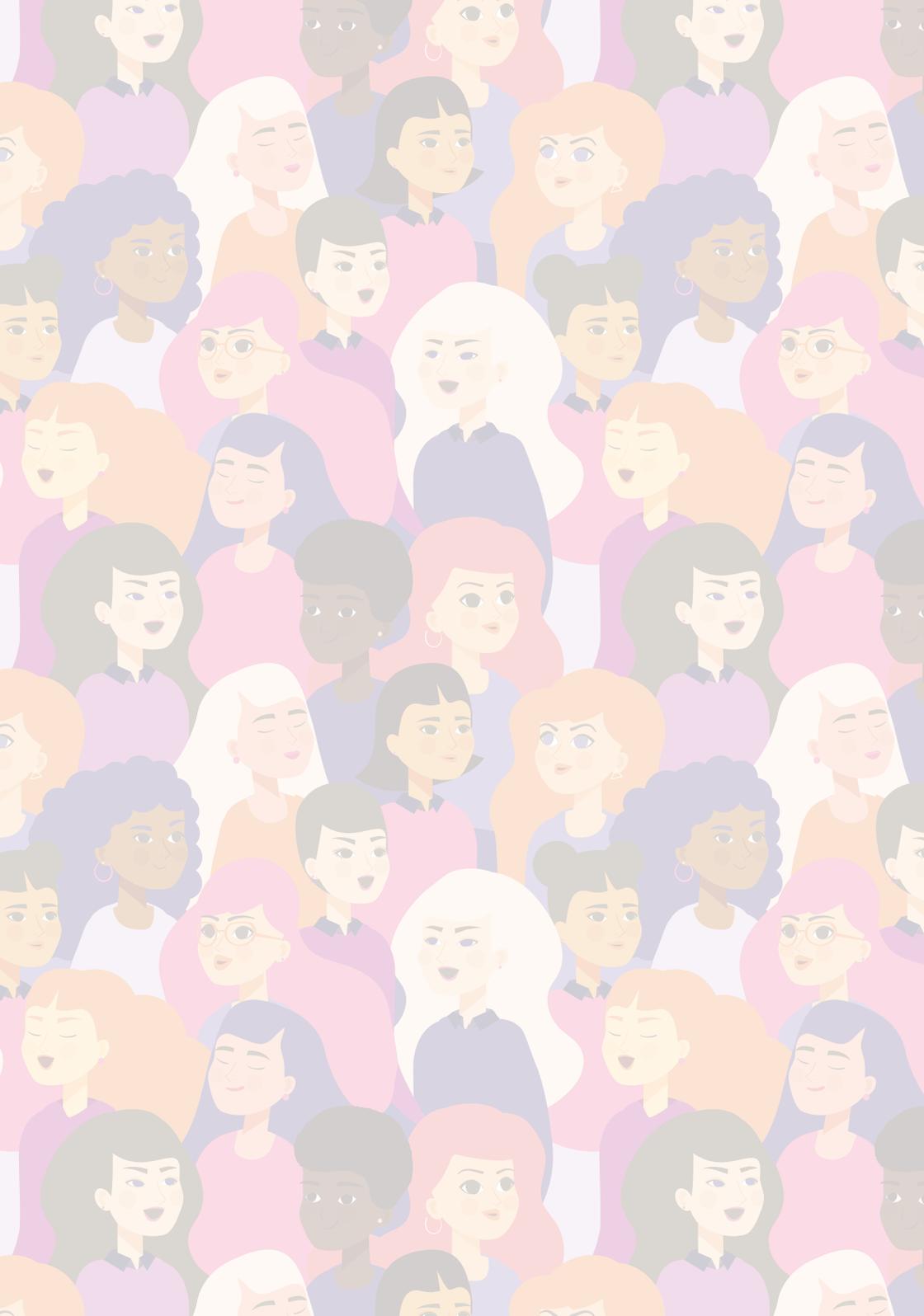
SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). Alienígenas na sala de aula- uma introdução aos estudos culturais em educação. Ed. Vozes. 11ª ed. Petrópolis. RJ, 2013.

_____. Identidade e Diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais 15ª ed. Petrópolis. RJ: Editora Vozes, 2018.

_____. Documentos de Identidade- uma introdução às teorias do currículo. Ed. Grupo Autêntica, São Paulo, SP. 1999

_____. Identidades Terminais- as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política, Ed. Vozes. Petrópolis, RJ. 1996.







Secretaria
de Educação

Secretaria de
Segurança Pública

